

relatório e contas

aquamaior
águas de campo maior, s.a.

2013



h 2
f

“

A água é a força motriz de toda a natureza.

”

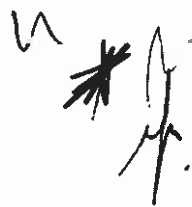
Leonardo da Vinci



Handwritten signature or initials in blue ink.

ÍNDICE

01. RELATÓRIO DE GESTÃO.....	2
02. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS.....	21
03. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS.....	26
04. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	43



Senhores Accionistas,

Em cumprimento com o disposto na Lei e nos Estatutos da Aquamaior - Águas do Campo Maior, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço Individual, Demonstração Individual de Resultados, Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa, Demonstração Individual das Alterações no Capital e respectivos anexos, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

22/11/2023



01. | RELATÓRIO DE GESTÃO



AMBIENTE MACROECONÓMICO

Enquadramento Internacional

As actuais projecções do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para o abrandamento do crescimento da economia mundial, em 2013, para valores em torno de 2,9% (3,2% em 2012), e para um reforço em 2014, para cerca de 3,6%. O comércio mundial de bens e serviços deverá registar um crescimento médio anual de 3,9%, em volume, já em 2013 e 2014 - um valor superior ao crescimento de 2,8% registado em 2012, mas inferior ao valor médio registado na década de 2000 (5%).

Face a Julho de 2013, estas previsões constituem uma revisão em baixa do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial para 2013 e 2014, devido sobretudo às perspectivas de um crescimento menos forte das economias emergentes, com particular destaque para a Índia e Rússia. A China viu também as suas perspectivas de crescimento revistas em baixa mas em menor grau. Esta evolução reflecte a desaceleração da procura externa, preços de matérias-primas mais baixos, políticas económicas menos expansionistas e receios quanto à estabilidade financeira nalgumas economias emergentes.

Para 2014, prevê-se uma melhoria do desempenho da economia mundial, assente sobretudo no reforço do crescimento em algumas das economias avançadas, um crescimento mais moderado no Japão e uma recuperação da economia da União Europeia (UE). Porém, é de referir que as economias da UE continuam a evoluir de forma distinta, verificando-se um crescimento mais forte nos países bálticos e mais fraco nos países da área do euro sujeitos a programas de ajustamento económico.

p.3

Contudo, e na sequência da evolução registada nos últimos anos, os desequilíbrios externos entre as regiões deverão continuar a reduzir-se, dada a tendência de um crescimento mais fraco nas economias avançadas que se encontram mais endividadas (caso dos EUA e alguns países da área do euro) enquanto a procura interna nas economias de mercado emergentes, apesar da revisão em baixa, tenderá a crescer a um ritmo elevado, destacando-se, entre os países asiáticos, a China.

A incerteza associada às perspectivas económicas mundiais é ainda elevada. No caso da área do euro, deve-se à continuação da crise das dívidas soberanas e à ainda fraca robustez do sistema financeiro e bancário; e, no caso dos EUA, decorre da indefinição do acordo de médio prazo de redução da dívida pública e dos possíveis efeitos da redução de estímulos monetários por parte da Reserva Federal na volatilidade e instabilidade dos mercados financeiros internacionais. No período mais recente, surgiram ainda sinais de alguma instabilidade financeira nos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente naqueles que apresentam um défice externo mais elevado (casos da Índia, Indonésia e Brasil). Estes sinais conduziram a saídas de capitais, depreciações cambiais e aumento dos seus custos de financiamento, contribuindo para as perspectivas de abrandamento do crescimento dessas economias.



No que se refere à área do euro, é de salientar que foram alcançados alguns progressos em termos de construção da união bancária europeia e de aplicação de medidas não convencionais de política monetária através do Banco Central Europeu (BCE). Estes desenvolvimentos permitiram reduzir o risco de fragmentação da área do euro, uma vez que resultaram na melhoria das condições de financiamento nos mercados internacionais e na diminuição dos prémios de risco, com especial impacto nos países periféricos mais atingidos pela crise das dívidas soberanas. Porém, não obstante a redução do diferencial de rentabilidade das taxas de juro de longo prazo dos países periféricos face à Alemanha e o aumento da confiança dos agentes económicos, as empresas e famílias – que continuam em processo de desalavancagem – continuam a suportar

✓

[Handwritten signature]

condições de financiamento desfavoráveis. Tal deve-se, em parte, à persistência da situação de fragilidade e de fraca rentabilidade dos bancos, conduzindo à manutenção de condições restritivas na concessão do crédito, com repercussões ao nível da procura interna. Com efeito, os empréstimos concedidos às empresas não financeiras na área do euro deterioraram-se ao longo do ano de 2013.

Face aos referidos progressos, o PIB da área do euro diminuiu 0,9% em termos homólogos no primeiro semestre de 2013, tendo porém apresentado uma recuperação significativa no segundo trimestre, a qual se deve prolongar pelo segundo semestre dada a evolução positiva dos indicadores de confiança. O PIB trimestral em cadeia, por sua vez, registou um aumento de 0,3% no segundo trimestre, invertendo a tendência de quebra consecutiva registada desde o quarto trimestre de 2011. É de referir que esta recuperação foi comum à generalidade dos países.

A evolução da actividade económica da área do euro no primeiro semestre de 2013 reflectiu uma diminuição da procura interna, especialmente significativa em termos do investimento, e um fraco crescimento das exportações. Ao nível do mercado de trabalho, a taxa de desemprego média da área do euro subiu para 12,0% no mês de Agosto (11,4% em 2012).

O Japão registou uma melhoria económica no primeiro semestre de 2013, registando uma taxa de crescimento homóloga do PIB de 0,7%, devido sobretudo ao fortalecimento do investimento privado residencial.

Em relação aos EUA, no primeiro semestre de 2013 verificou-se um crescimento do PIB de 1,5% em termos homólogos, mantendo-se uma expansão económica moderada assente num crescimento elevado da procura interna privada, associado a um crescimento robusto do investimento residencial (13,9%) e uma recuperação do consumo privado (1,9%). Porém, é de referir que a perspectiva de uma retirada progressiva dos estímulos monetários e a não concordância entre os partidos no Congresso sobre o orçamento federal e tecto da dívida pública têm tido um efeito negativo nas perspectivas para a actividade económica, designadamente para o consumo privado e para o investimento.

p.4

Economia Nacional

Em 2013, a evolução da economia portuguesa continuou significativamente condicionada pelo processo de correcção dos desequilíbrios macroeconómicos. A correcção dos desequilíbrios envolve a adopção de um conjunto de medidas de consolidação orçamental e uma desalavancagem ordenada e gradual do sector privado, que determina uma forte contracção da procura interna.



Este conjunto de medidas encontra-se enquadrado pelo Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), cuja implementação se tem desenrolado num contexto macroeconómico internacional particularmente desfavorável, nomeadamente com uma situação recessiva na área do euro que só começou a ser ultrapassada em meados do corrente ano.

Adicionalmente, o cumprimento do PAEF tem vindo a ocorrer num enquadramento financeiro internacional caracterizado por uma fragmentação na área do euro, apesar de alguns sinais recentes de melhoria, e por níveis muito elevados de incerteza, relacionados com a persistência da crise da dívida soberana na área do euro. Mais recentemente, é de sublinhar a incerteza institucional subjacente ao ritmo de consolidação orçamental nos Estados Unidos, bem como à respectiva orientação da política monetária.



Neste contexto, tem-se registado uma correcção assinalável dos desequilíbrios económicos internos e externos da economia portuguesa. Em particular, assinala-se a consolidação estrutural muito significativa das contas públicas, a melhoria do saldo das contas externas, traduzida numa capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa, bem como uma reafecção de recursos no sentido dos sectores produtores de bens e serviços transaccionáveis.

A consolidação orçamental, conjugada com um rápido ajustamento por parte das empresas e das famílias portuguesas, conduziu a uma forte contracção da procura interna, mais acentuada em 2012 e no início de 2013.

Este efeito de compressão da procura interna resultou num ajustamento dos saldos negativos da balança corrente mais rápido do que o inicialmente previsto, quer por via da redução das importações quer pelo aumento das exportações, muito associado ao esforço das empresas portuguesas na procura de novos mercados para colocação dos seus produtos. O ano de 2013 encontra-se contudo marcado pelos primeiros sinais de inversão do ciclo económico, associados a uma estabilização da procura interna e à persistência de ganhos de quotas de mercado por parte das empresas exportadoras.

Após a quebra de 3,2% da actividade económica verificada no ano de 2012, os dados mais recentes divulgados pelo INE indicam uma contracção de 3,1% em termos homólogos no primeiro semestre de 2013, (-4,1% e -2,1%, no primeiro e segundo trimestres respectivamente). Esta evolução é explicada por um comportamento menos negativo da procura interna quando comparada com o segundo semestre de 2012, bem como pela manutenção de um contributo positivo da procura externa líquida, ainda que menos expressivo. Considerando a evolução em cadeia, o PIB cresceu 1,1% no segundo trimestre, com a procura interna a contribuir com 0,8 p.p. para este aumento.

p.5

De facto, apesar das condicionantes externas, nomeadamente os constrangimentos do mercado comunitário e as crescentes tensões nos mercados emergentes, as exportações de bens e serviços aceleraram no segundo trimestre de 2013, crescendo 7,3% quando comparadas com igual período do ano anterior. Esta evolução representou um ganho significativo de quotas de mercado. Também se assistiu a uma quebra homóloga significativamente inferior à do primeiro trimestre no consumo privado, e no investimento (FBCF), não compensada pela recuperação das importações de bens e serviços.

No final de 2012 e tendo o ano de 2005 como base, as exportações de bens e serviços eram cerca de 30% superiores, enquanto que as importações e a procura interna eram inferiores em 0,5% e 9,6%, respectivamente (se compararmos com 2010, as exportações de bens e serviços foram 10,3% superiores e as importações e a procura interna, 11,6% e 11,4% inferiores, respectivamente).

Para 2014, prevê-se uma recuperação da procura externa relevante para Portugal, em consequência da melhoria da actividade económica dos principais parceiros comerciais, com reflexos na evolução das suas importações. Antecipa-se a manutenção das taxas de juro de curto prazo num nível baixo, bem como uma diminuição do preço do petróleo após a subida verificada na segunda metade de 2013, e uma ligeira depreciação do euro face ao dólar.

O crescimento da procura externa relevante para Portugal em 2014 encontra-se em linha com a retoma da economia mundial e, em particular, com a recuperação da economia da área do euro, onde se encontram os principais parceiros da economia portuguesa (Espanha, Alemanha, França e Itália), assim, o PIB da área do euro deverá apresentar um crescimento de 1%, interrompendo a quebra registada nos dois anos precedentes.

Para 2014, prevê-se um crescimento do PIB em 0,8%, em consequência de uma contribuição menos negativa a procura interna, bem como a manutenção do contributo positivo da procura externa líquida. Este último

contributo é menos relevante em 2014 do que em anos anteriores, fruto de uma aceleração das importações de bens e serviços em resposta à estabilização do consumo privado e ao crescimento do investimento (FBCF).

Esta nova dinâmica da procura interna vem materializar a normalização da actividade económica. Dada a manutenção de um elevado crescimento das exportações, é de esperar que o ajustamento das contas externas continue: o saldo conjunto da balança corrente e de capital deverá fixar-se em 3,5% do PIB, aumentando a capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa, e a balança corrente deverá atingir um excedente equivalente a 1,9% do PIB, reforçando assim o resultado de 2013.

A taxa de desemprego deverá situar-se nos 17,7%, acompanhada pela manutenção de uma produtividade aparente do trabalho positiva (apesar de em desaceleração) e uma queda do emprego inferior à registada em 2013. O aumento do desemprego previsto para 2014, ainda que em desaceleração face ao andamento registado desde 2011, é fruto da manutenção do processo de ajustamento económico e da consequente reafectação de recursos da estrutura produtiva dos sectores de bens não transaccionáveis para os sectores de bens transaccionáveis. No curto prazo, os custos desta reestruturação deverão continuar a penalizar o mercado de trabalho, que reage com maior desfasamento à recuperação da actividade económica.

O consumo público, por sua vez, deverá diminuir em 2,8% no próximo ano, como resultado da continuação do processo de ajustamento da despesa pública.

Tal como mencionado anteriormente, prevê-se que o investimento apresente uma evolução positiva de 1,2%, resultante de uma melhoria do investimento empresarial, em conjunto com condições de financiamento mais favoráveis da economia portuguesa. O consumo privado deverá apresentar uma recuperação de 0,1% em 2014, após o ajustamento ocorrido nos últimos três anos. Esta variação ligeiramente positiva deverá ser sustentada, tendo em consideração que nos últimos anos se verificou uma trajectória ascendente da taxa de poupança, bem como uma redução do endividamento das famílias.

p.6

A inflação deverá atingir 1% em 2014, num contexto de ausência de tensões inflacionistas nos mercados internacionais de *commodities*. Esta ligeira subida da inflação de cerca de 0,4 p.p. face a 2013 traduzirá alguma maior pressão ascendente sobre os preços da melhoria da procura interna, e algum ganho de rentabilidade dos empresários, após anos consecutivos de contracção das margens de lucro.

Enquadramento Sectorial

O sector manteve o prosseguimento da estratégia e dos objectivos definidos nos planos nacionais que abrangem a área do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais – o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 (PEAASAR II), cujo Despacho de Aprovação foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 14 de Fevereiro de 2007, e a Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI), aprovada por Despacho Conjunto n.º 8277/2007 de 2 de Março, publicado no Diário da República a 9 de Maio de 2007.



Com base na estratégia definida no PEAASAR II, as entidades gestoras, a par com a necessária execução de infraestruturas para se atingirem os desejados níveis de atendimento com os padrões de qualidade que hoje se exigem, devem assegurar que o preço dos serviços reflita os custos da água e do saneamento, como forma de garantir a sustentabilidade dos serviços, e promover o uso eficiente dos recursos, através de adequadas práticas ambientais, assegurando o cumprimento integral das obrigações legais, sem perder de vista as recomendações tendentes ao estabelecimento de tarifas socialmente aceitáveis, em particular as relacionadas

com o aumento da escala territorial das intervenções e o aproveitamento integral dos financiamentos associados.

Em resumo, fica claro que as orientações nacionais para o sector assentam numa articulação de objectivos e de princípios de sustentabilidade, num contexto de grande exigência de gestão, com vista ao alcançar de tarifas dentro dos limites socialmente aceitáveis, esperando-se da investigação, desenvolvimento e inovação contributos decisivos para tais desideratos, em linha com o Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de Agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais e intermunicipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, que veio alterar o enquadramento legal do sector, estabelecendo princípios de universalidade de continuidade e qualidade de serviço, deficiência e equidade dos tarifários aplicados, entre outros, independentemente do modelo de gestão adoptado.

ACTIVIDADE DA EMPRESA



A Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Município de Campo Maior, por contrato celebrado a 20 de Outubro de 2007, com o Município de Campo Maior, e por um período de 30 anos.

A Concessão tem por objecto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município de Campo Maior, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos

p.7

previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge cerca 4 milhões de euros, a preços correntes. O valor total do investimento referido, deverá realizar-se durante os seis primeiros anos de Concessão.

Além do mencionado Plano de Investimentos da Concessionária, a Aquamaior irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente no valor de mais de 6.5 milhões de euros.

Este ano ficou marcado pela execução do projecto da Rede de Abastecimento de Água na Zona de São Pedro.

Relativamente ao cumprimento dos trabalhos previstos no âmbito do Plano de Investimentos celebrado com o Município de Campo Maior, rubrica de referência na actividade corrente da Aquamaior, o mesmo



apresentava no final do ano de 2013 o seguinte desenvolvimento, de entre os quais podemos salientar os mais importantes:

Rubricas do Plano de Investimentos Executadas

As rubricas do Plano de Investimentos totalmente executadas no final do ano de 2013 são:

- Instalação de um Sistema de Telegestão;
- Acondicionamento dos depósitos de água potável;
- Acondicionamento das instalações de água potável;
- Acondicionamento e melhoria das bombagens de água potável;
- Acondicionamento das instalações dos poços;
- Cartografia digitalizada das redes de abastecimento e saneamento e implementação de um sistema SIG;
- Sectorização da rede de abastecimento para detecção e controlo de fugas;
- Projecto de nova conduta adutora desde a zona industrial de Campo Maior até Ouguela (executado parcialmente);
- Plano director sobre as infra-estruturas de abastecimento e saneamento de Campo Maior;
- Renovação da Rede de Abastecimento de Degolados;
- Nova Conduta adutora desde o reservatório do Zebro até aos depósitos Gêmeos;
- Adução ao Bairro da Misericórdia;
- Abastecimento de água da Meia Légua;
- Rede de Abastecimento de Água na Zona de São Pedro;
- Acondicionamento das instalações dos poços;
- Renovação de 100% do parque de contadores.

p.8



Rubricas do Plano de Investimentos em Execução

Rede de Abastecimento de Água na Zona de São Pedro

Durante o ano de 2013, foi executada a Rede de Abastecimento de Água na Zona de São Pedro, conforme previsto no Plano de Investimentos.

Devido às más condições da conduta de abastecimento no final da Av. Calouste Gulbenkian, foi englobada nesta obra, a sua substituição desde o final da Av. António Sérgio, o que melhorou substancialmente as condições de abastecimento das moradias situadas nesta zona.

Melhorias Fora do Plano de Investimento

O detalhe relativo às melhorias não mencionadas no Plano de Investimento, e realizadas durante o ano de 2013 é o seguinte:

Limpeza dos Reservatórios da Eira do David

Os reservatórios da Eira do David foram limpos pois fazia já dois anos desde a última limpeza. Esta limpeza decorreu no mês de Dezembro e foi efectuada em três fases não tendo havido necessidade de interromper o abastecimento.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Operatividade e Administração

Durante o ano de 2013 foram realizadas quatro operações completas de desbaratização e desratização da rede de saneamento, complementadas com inúmeras acções pontuais que resultaram de reclamações.



Aspectos Técnicos

Qualidade da Água Distribuída

A qualidade da água distribuída pela Aquamaior, aos utilizadores do concelho de Campo Maior é verificada através de recolhas efectuadas periodicamente nos pontos de amostragem. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2012. Este programa foi aprovado em 30 de Dezembro de 2011 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, elaborado de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei 306/2007 de 27 de Agosto.

Volume de água comprada e captada

Este ano o volume de água comprada aumentou cerca de 5% em relação a 2012. O aumento ficou a dever-se ao elevado número de roturas na rede de abastecimento, consideradas graves ou muito graves, as quais causaram um aumento muito significativo das perdas no 2º semestre do ano.

p.9

Volume faturado por tipo de utilizador

O volume faturado por cada tipo de utilizador diminuiu, na generalidade, do ano 2012 para 2013. Ainda assim, assistiu-se a um aumento de 20% nos utilizadores não domésticos e a um aumento de 5% nos consumos Municipais.

Plano de Investimentos Executado

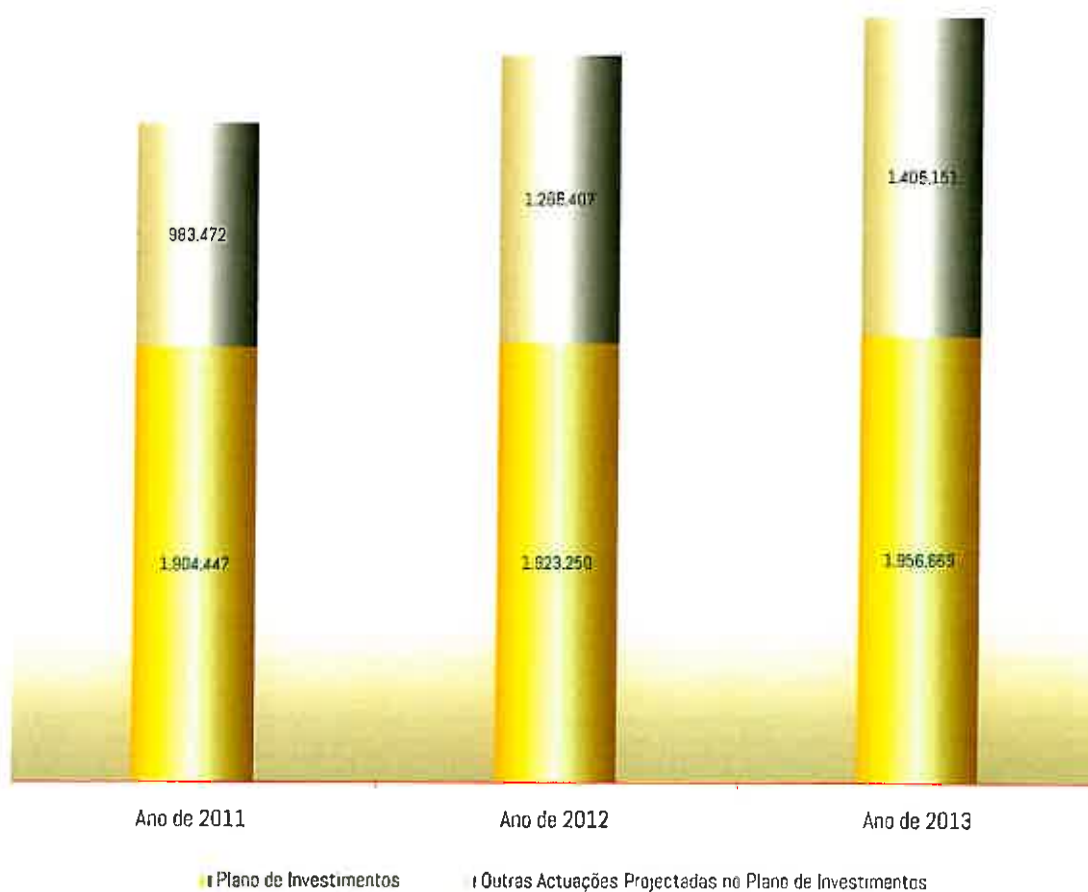
O investimento em infraestruturas, realizado durante o ano de 2013 foi de 172,163.35 euros, tendo a execução do Plano de Investimentos atingido no final do ano de 2013 o montante acumulado de 3,361,820.50 euros, o qual, face ao valor inicialmente definido como obrigatório (4,031,820.00 euros), apresenta uma percentagem de realização de quase 84%.

No gráfico abaixo apresenta-se a evolução registada no Plano de Investimentos, ao nível das grandes rubricas:

- Plano de Investimentos obrigatório;
- Outras actuações projectadas no Plano de Investimentos;

relativamente aos últimos 3 anos da sua execução:

Execução do Plano de Investimentos
(em euros)



p.10

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Aquamaior a final de Dezembro de 2013 foi o que se apresenta no quadro seguinte:

Plano de Investimentos	Instalação de um Sistema de Telegestão	178,500.00
	Acondicionamento dos Depósitos de Água Potável	8,925.00
	Acondicionamento das Instalações Água Potável	59,500.00
	Acondicionamento e Melhoria das Bombagens de Água potável	4,760.00
	Acondicionamento das Instalações dos Poços	14,875.00
	Renovação de 100% do Parque de Contadores	220,036.00
	Cartografia Digitalizada das Redes de Abastecimento e Saneamento e Implementação de um Sistema SIG	71,400.00
	Sectorização da Rede de Abastecimento para o Controlo e Detecção de Fugas	35,700.00
	Projecto de nova conduta desde a Zona Industrial de Campo Maior até Ouguela	35,700.00
	Fornecimento e instalação da conduta Zona Industrial Campo Maior-Ouguela	65,013.99
	Plano Director sobre as infraestruturas de abastecimento e saneamento de Campo Maior	17,850.00
	Renovação da Rede de Abastecimento de Degolados	1,244,409.40
	Sub-total	1,956,669.39
	Nova conduta desde o reservatório do Zebro até à zona dos depósitos Gémeos	1,147,425.00
Outras Actuações Projectadas no Plano de Investimentos	Construção de reservatório no Zebro de 1.500 m³	20,457.28
	Rede de Abastecimento de Água na Zona de São Pedro, CM 1113, Campo Maior	94,828.26
	Adução ao Bairro da Misericórdia	51,632.66
	Abastecimento de Água da Meia Léguas	90,807.91
	Sub-total	1,405,151.11
	Total	3,361,820.50

p. 11

OBJECTIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aquamaior assumiu, como seu objectivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do Município de Campo Maior, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu accionista, a Aquamaior apresentou e mantém até hoje, um projecto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Aquamaior tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Campo Maior, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Aquamaior é definida em relação directa com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam directamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objectivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.

Neste sentido, a Aquamaior procura conciliar o interesse e os objectivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 2013 de 8 pessoas, o mesmo número que em 2012.



ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Aquamaior espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço privado de cariz essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adoptando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

p.12

A análise económica e financeira que se a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançadas pela Aquamaior no ano de 2013, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respectivas notas.

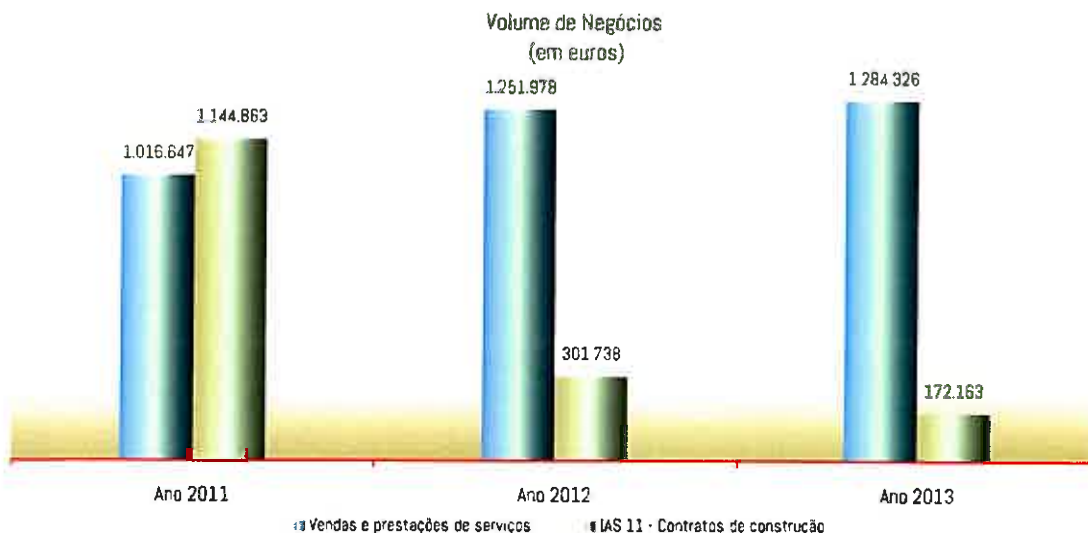
Damos nota, que para o exercício de 2013 a empresa aplicou as normas IFRS nas matérias omissas, e procedeu ao ajuste das demonstrações financeiras do exercício de 2009 (desde 1 de Janeiro de 2009), de acordo com a versão das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRFs) em vigor à data de 31 de Dezembro de 2013.

Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 1.456 milhões de euros (1.284 milhões de euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados acrescidos de 0.172 milhões de euros originados pela aplicação da IAS 11), em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o exercício actual com o anterior, regista-se um ligeiro aumento na rubrica de Vendas e Serviços Prestados, de cerca de 2.58% (de 1,251,977.79 euros em 2012 para 1,284,326.24 euros em 2013), tendo em sentido inverso, a rubrica de rendimentos originados pela aplicação da IAS 11, diminuído a sua contribuição para o volume de negócios do período em análise em cerca de 42.94% (de 301,737.80 euros em 2012 para 172,163.35 euros em 2013).

Para um melhor entendimento, apresentamos o gráfico da evolução do volume de negócios:



Gastos e Perdas

O total dos gastos da Aquamaior foi em 2013 de 1,498,410.48 euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 1,569,998.99 euros, representa um decréscimo de 4.56%. Este valor excluiu o impacto do imposto do exercício.

p.13

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados sobre o inventário existente, o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 399,408.74 euros, representando cerca de 26.66% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 371,408.39 euros, representando então cerca de 23.66% do total dos gastos do exercício. Em valor absoluto, a variação entre exercícios da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi de mais 7.54%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), registou 487,862.44 euros, representando cerca de 32.56% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 507,602.63 euros, representando então cerca de 32.33% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica de fornecimentos e serviços externo foi de -3.89%.

Para o total dos gastos contribuiu decisivamente a rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos no ano de 2013, contribuindo para 11.49% dos gastos totais, o equivalente a 172,163.35 euros para o período em análise.

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 111,664.65 euros, representando cerca de 7.45% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma rubrica registava 123,042.58 euros, representando então cerca de 7.84% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica gastos com o pessoal foi de -9.25%.

Em 2013 o valor das perdas por imparidade de dívidas a receber registado pela Aquamaior foi de 25,246.10 euros. Comparativamente com o exercício anterior verifica-se um aumento desta rubrica na ordem dos

15,000.00 euros. Este aumento decorre essencialmente do risco de cobrança do saldo do Campomaiorense que a 31.12.2013 totaliza aproximadamente 21,000.00 euros.

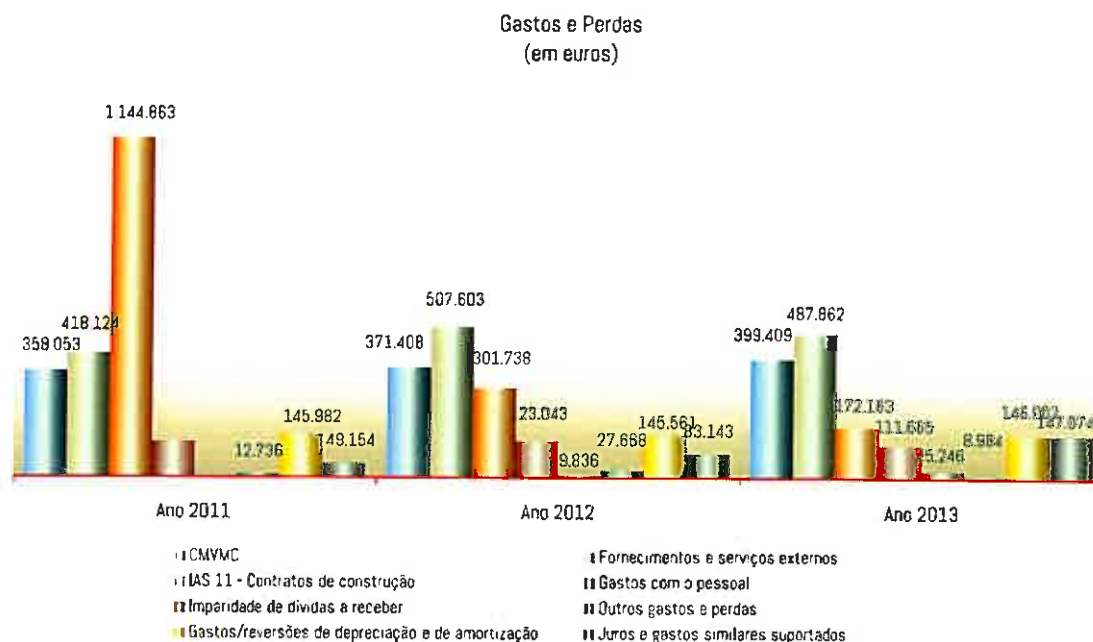
A rubrica de outros gastos e perdas registou em 2013 cerca de 8,984.37 euros (0.60% do total dos gastos do período), tendo registado em 2012 cerca de 27,668.09 euros (1.76% do total dos gastos do período). A variação entre exercícios da rubrica outros gastos e perdas apresentada um substancial decréscimo de 67.53%, para o qual contribuíram decisivamente, entre outros, a contabilização de impostos e taxas diversas no montante de 4,452.90 euros e gastos relativos à prestação de serviços bancários no montante de 4,162.04 euros.

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações manteve-se quase inalterado, apresentando cerca de 146,006.79 euros, para o período em análise, face a 145,560.72 euros do período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respectivamente 9.74% e 9.27%, sendo a sua variação quase residual (0.31%).

O valor da rubrica de juros e gastos similares suportados pela Aquamaior, registou no ano de 2013 cerca de 147,074.04 euros (equivalente a 9.82% do total dos gastos do exercício), que em comparação com o ano anterior representa um substancial acréscimo de 76.89%, quando a mesma rubrica registava 83,142.87 euros (equivalente a 5.30% do total dos gastos do exercício).

No gráfico seguinte apresentamos, para melhor análise visual, a evolução da estrutura de gastos da Aquamaior entre os períodos de 2011 e 2013.

p.14



Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Aquamaior foi em 2013 de 1,461,668.64 euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 1,566,367.90 euros, representa um decréscimo de 6.68%.

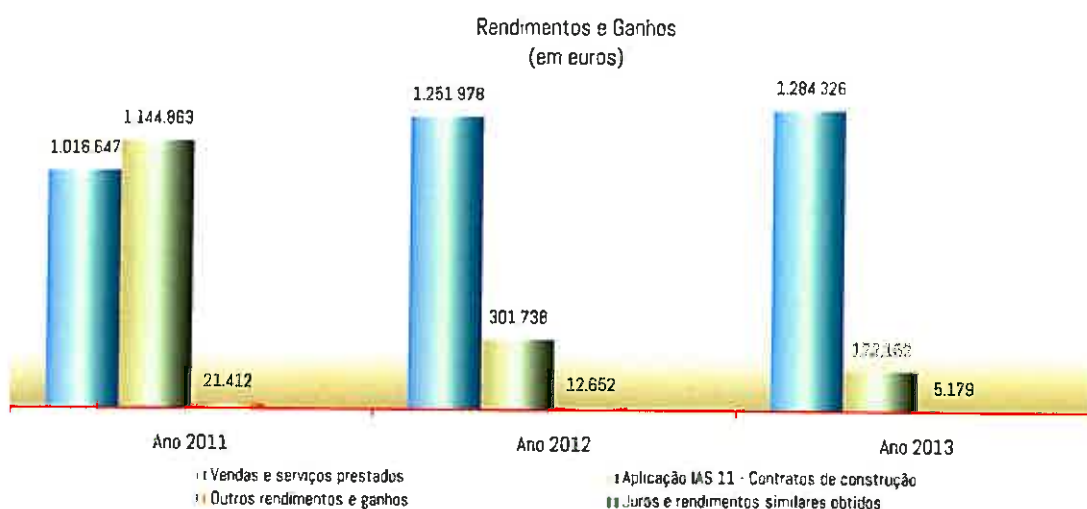
A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2013 cerca de 1,284,326.24 euros, que comparado com o exercício anterior revela um acréscimo de 2.58% face ao valor de 1,251,977.79 euros.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos contribuiu em 2013 com 172,163.35 euros, face ao valor de 301,737.80 euros apresentado no período anterior.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos, que registou 5,179.05 euros, reflecte os valores relativos a juros de mora cobrados e ajustes efectuados sobre valores de exercícios anteriores. A mesma rubrica, registava em 2012 o valor de 12,652.31 euros.

Tal como em 2012, não foram registados durante o exercício de 2013 quaisquer juros ou rendimentos similares obtidos.

No gráfico a seguir podemos observar o peso relativo das rubricas de rendimentos e ganhos, relativamente aos seus saldos anuais dos últimos 3 anos:



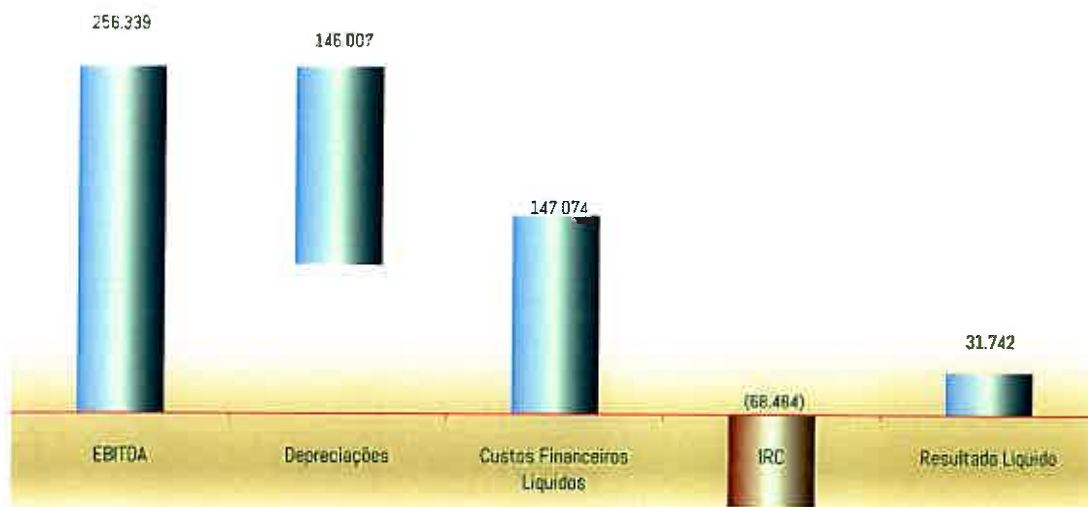
p.15

Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido positivo do exercício, que ascende a 31,741.89 euros, representa uma substancial recuperação face ao exercício anterior, no qual o mesmo se apresentou negativo em cerca de 88,740.61 euros.



No gráfico a seguir podemos observar em detalhe a composição dos valores que constituem a ponte entre o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos e o resultado líquido do período:

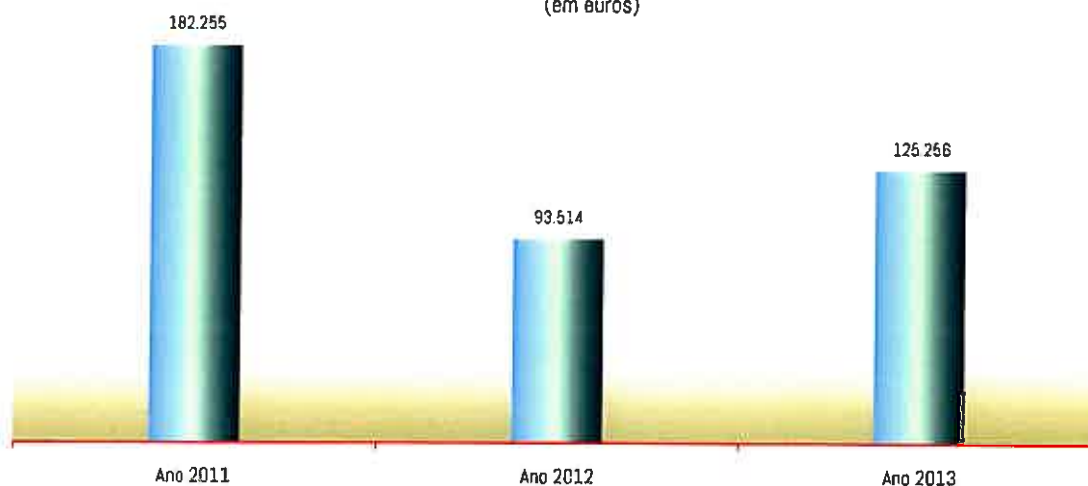


Evolução dos Capitais Próprios

Relativamente à evolução da rubrica de capitais próprios da Aquamaior, a mesma apresenta-se no final do exercício de 2013 e dos dois anos subsequentes, da seguinte forma:

p.16

Evolução dos Capitais Próprios
(em euros)



Apesar do ambiente macroeconómico difícil e de um claro abrandamento do consumo, a Aquamaior encontra-se confiante na sua estratégia para enfrentar os desafios existentes e para alcançar o seu compromisso de crescimento sustentável.

Embora muito dependentes da actual conjuntura económica nacional, todos resultados acima mencionados foram conseguidos através de uma constante monitorização e aplicação de medidas correctivas durante todo o período em análise neste relatório.

W
A
f

No actual contexto de agravamento do quadro macroeconómico, as perspectivas elaboradas para 2014 e anos seguintes, embora mais difíceis de alcançar, mantêm-se válidas.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 256,338.99 euros relativamente ao período em análise, apresentando um ligeiro acréscimo de 13.89% comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um incremento apreciável, situando-se no final de 2013 em 110,332.20 euros.

	Ano 2013	Ano 2012
Rentabilidade do activo total	0.91%	(2.62%)
Rentabilidade dos capitais próprios	25.34%	(94.90%)
Rentabilidade das vendas	2.18%	(5.71%)
EBITDA	256.338.99	225.072.50
EBIT	110.332.20	79.511.78

Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, em especial nos três últimos anos, reflecte uma tendência de alguma estabilidade entre as principais rubricas; activo, capital próprio e passivo.

p.17

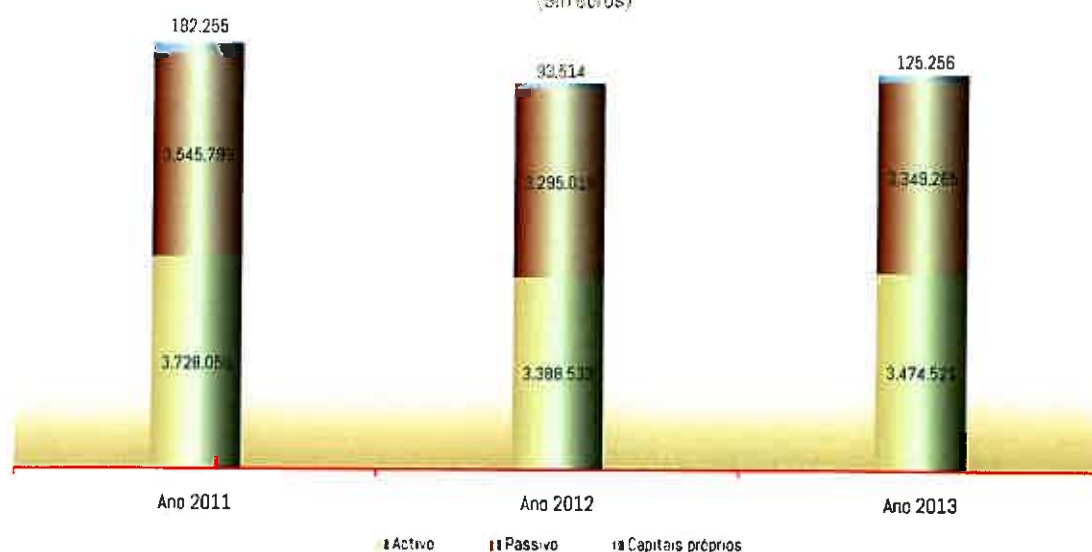
Em valores absolutos, os registos evidenciam que o activo passou de 3,388,533.21 euros em 2012 para 3,474,521.22 euros em 2013. O incremento desta rubrica de balanço, activo não corrente, deve-se essencialmente ao aumento dos impostos diferidos activos e das outras contas a receber (acrécimo de rendimentos).



Em termos desagregados, os capitais próprios aumentaram de 93,514.44 euros em 2012 para 125,256.33 euros em 2013 (um acréscimo de quase 34%), tendo-se assistido desta forma ao reforço da sua participação na estrutura de capitais (cerca de 3.60% em 2013 contra 2.76% em 2012), apesar de um ligeiro incremento do valor do passivo, de 3,295,018.77 euros em 2012 para 3,349,264.89 euros em 2013.

W

/

Grandes Rubricas do Balanço
(em euros)

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2013, em termos percentuais, uma ligeira melhoria dos mesmos face ao ano de 2012:

p.18

	Ano 2013	Ano 2012
Capitais próprios	125.256,33	93.514,44
Passivo total	3.349.264,89	3.295.018,77
Passivo corrente	3.202.411,42	3.143.439,74
Activo total	3.474.521,22	3.388.533,21
Autonomia financeira (Capitais próprios/Activo total)	3,60%	2,76%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	3,74%	2,84%
Endividamento (Passivo total/Activo total)	96,40%	97,24%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	95,62%	95,40%

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ACTIVIDADE

O Conselho de Administração da Aquamaior dá por terminado o seu mandato para o triénio 2011-2013 com um elevado sentido de responsabilidade que decorre do reconhecimento de que o difícil contexto nacional e internacional em que vivemos terá, inevitavelmente, consequências para a gestão da empresa.

Reconhecendo porém, que também nas crises surgem oportunidades, a Administração da Aquamaior está determinada em aproveitar os tempos difíceis que atravessamos para implementar reformas que conduzam a uma maior redução de custos e a uma maior eficiência nos serviços prestados.



Alicerçados na experiência dos grupos empresariais a que pertence, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos, e na competência dos seus trabalhadores, encaramos o futuro da Aquamaior com muito optimismo e confiança.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a 31,741.89 euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados: 30,154.79 euros

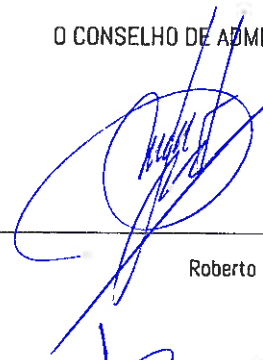
Para Reservas Legais: 1,587.10 euros

AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Aquamaior aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

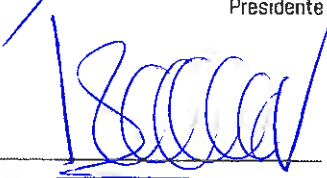
Campo Maior, aos 31 de Março de 2014

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Roberto Pérez Muñoz

Presidente



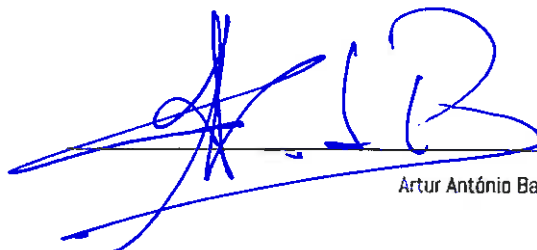
Jesús Rodríguez Sevilla

Vogal



Isidoro Antonio Marbán Fernandez

Vogal



Artur António Baptista Vidal

Vogal



aquamaior

12.



02. | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Unidade monetária (1)

	NOTAS	2013	2012
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3.2 : 6	42,089.80	51,547.97
Activos intangíveis	3.1, 3.3 : 6	2,724,752.61	2,691,708.94
Activos por impostos diferidos	3.4 : 7	170,306.86	73,906.49
sub-total		2,937,149.27	2,817,163.40
Activo corrente			
Inventários	3.5	28,368.83	27,753.99
Clientes	3.7 : 9	249,497.86	317,466.22
Adiantamentos a fornecedores	14	399.02	0.00
Estado e outros entes públicos	3.4 : 8	17,114.85	11,780.03
Outras contas a receber	3.7 : 9	109,908.16	53,674.44
Diferimentos	3.7 : 10	4,664.59	1,278.93
Caixa e depósitos bancários	3.7 : 11	127,418.64	159,416.20
sub-total		537,371.95	571,369.81
Total do activo		3,474,521.22	3,388,533.21
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	3.6	50,000.00	50,000.00
Outros instrumentos de capital próprio	3.6	675,000.00	675,000.00
Reservas legais	3.6	3,967.45	3,967.45
Resultados transitados	3.6	(635,453.01)	(546,712.40)
Resultado líquido do período	3.6	31,741.89	(88,740.61)
Total do capital próprio		125,256.33	83,514.44
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras contas a pagar	3.7 : 14	146,853.47	151,579.03
sub-total		146,853.47	151,579.03
Passivo corrente			
Fornecedores	14	154,737.33	152,896.60
Estado e outros entes públicos	3.4 : 8	31,410.88	8,298.65
Accionistas/sócios	3.7 : 13	650,000.00	650,000.00
Financiamentos obtidos	3.7 : 12	1,972,703.10	1,878,205.77
Outras contas a pagar	3.7 : 14	393,560.11	454,038.72
sub-total		3,202,411.42	3,143,439.74
Total do passivo		3,349,264.89	3,295,018.77
Total do capital próprio e do passivo		3,474,521.22	3,388,533.21

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências do relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Unidade monetária (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2013	2012
Vendas e serviços prestados	3.8 ; 15	1.456.489,59	1.553.715,59
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.5 ; 16	(399.408,74)	(371.408,39)
Fornecimentos e serviços externos	17	(660.025,79)	(809.340,43)
Gastos com o pessoal	18	(111.664,65)	(123.042,58)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	20	(25.246,10)	(9.835,91)
Outros rendimentos e ganhos	19	5.179,05	12.652,31
Outros gastos e perdas	20	(8.984,37)	(27.668,09)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		256.333,98	225.072,50
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	(146.006,79)	(145.560,72)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		110.332,20	79.511,78
Juros e gastos similares suportados	22	(147.074,04)	(83.142,87)
Resultado antes de impostos		(36.741,84)	(3.631,09)
Imposto sobre o rendimento do período	23	68.483,73	(85.109,52)
Resultado líquido do período		31.741,89	(88.740,61)

(1) - O euro, admitindo-se em função da dimensão e exigências de relato a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

p.23

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

RUBRICAS	Unidade monetária (1)	
	2013	2012
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	1.268.201,23	1.272.714,98
Pagamentos a fornecedores	(886.788,51)	(882.070,91)
Pagamentos ao pessoal	(119.682,35)	(122.068,46)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(8.889,27)	(15.107,85)
Outros recebimentos/pagamentos	(8.936,53)	(61.875,62)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	243.904,57	191.592,14
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos intangíveis	(241.670,92)	(860.449,59)
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	(2.154,50)	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(243.825,42)	(860.449,59)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	94.497,33	707.440,01
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	(126.574,04)	(87.142,87)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	(32.076,71)	620.297,14
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(31.997,56)	(48.560,31)
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	
Caixa e seus equivalentes no início do período	159.416,20	207.976,51
Caixa e seus equivalentes no fim do período	127.418,64	159.416,20

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Handwritten signature and initials in blue ink.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

[illegible]

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS ATOS E DESATOS CAPTAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

MONTANTES NO PERÍODO		Práticas	Reservas (grupos) próprias	Provisões de cobrança	Reservas às disponíveis	Reservas distribuíveis	Excedentes de valorização de ativos fixos	Ajustamentos de valor de transações	Reserva liquida no período	Total
Capital nominal	675.000,00	675.000,00							675.000,00	675.000,00
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio	50.000,00	50.000,00							50.000,00	50.000,00
Total do fundo de capital	50.000,00	50.000,00							50.000,00	50.000,00
Posteio no fim da período	50.000,00	50.000,00							50.000,00	50.000,00

W.P.
#



03. | ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS



1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., é uma sociedade anónima, com sede na Rua de São João, 2A em Campo Maior, constituída em 4 de Outubro de 2007, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua actividade a 1 de Março de 2008, tendo como actividade principal a concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Campo Maior, incluindo esta actividade, a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os actos necessários para a prossecução da sua actividade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Directrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010. Assim, para o exercício que se iniciou após esta data a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações excepcionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da empresa.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

p.27

As demonstrações financeiras da Aquamaior, apresentadas em anexo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com o SNC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS /IFRS"), tal como adoptadas na União Europeia a 1 de Janeiro de 2010, nas matérias omissas relativamente ao âmbito da aplicação do SNC.

3.1. ACTIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A empresa exerce uma actividade que se constitui na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das actividades económicas e à protecção do meio ambiente. Esta actividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. As mesmas são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, regula entre outros aspectos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.



As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adoptou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que actuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71 emitido pelo FASB e a ED emitidas pelo IASB). Estas regras prescrevem que uma empresa deve reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua actividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao município, um activo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infra-estrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário.

A Empresa estabeleceu contractualmente uma obrigação de efectuar um investimento total de 4.031 milhares de euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contractual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do activo intangível.

p.28

Tratando-se de um investimento de expansão, a IFRIC 12 preconiza que o investimento deve ser reconhecido no Activo à medida que vai sendo realizado, e de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção (percentagem de acabamento) durante a sua execução. É entendimento da Administração que o Plano de Investimento estabelecido com o Município se trata de um plano de investimento de expansão e não apenas de manutenção e restauração uma vez que preconiza uma melhoria contínua das condições actuais e construção de novas infraestruturas.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Aquamaior reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2 Activos Fixos Intangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os activos se encontram disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:



	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	10 anos
Grupo 3 - Máquinas, aparelhos e ferramentas	4 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos

No momento do abate ou alienação serão calculados os ganhos ou perdas respectivos, face ao valor líquido dos bens, e serão registados como outros rendimentos ou gastos operacionais.

3.3. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um activo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público.

Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num activo intangível.

O activo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O activo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefício económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeiro.

p.29

3.4. ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS E IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial, que à data da transacção não afecte nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido activo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no Resultado líquido do período, em Outras Reservas ou em Excedentes de revalorização de activos tangíveis ou intangíveis, consoante o registo da transacção ou evento que lhes deu origem.

3.5 INVENTÁRIOS

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio. São registadas perdas por imparidade nos casos em que o custo seja superior ao valor estimado de recuperação.

3.6 RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efectuadas pelos accionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

p.30

Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível e não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).

Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no exercício.

3.7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros na empresa classificam-se conforme detalhe seguinte e a sua mensuração depende da categoria:

Cientes

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflectam o valor realizável líquido. As perdas por imparidade serão registadas quando existir informação objectiva da incobrabilidade da dívida.

Estado e outros entes públicos

Os saldos activos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

Outras contas a receber

As outras contas a receber incluem, devedores por acréscimos de rendimentos, dívidas do pessoal e outros devedores, e encontram-se valorizadas ao custo.

Diferimentos

Esta rubrica reflecte as transacções e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

p.31

Accionistas/sócios

A rubrica de accionistas/sócios registada no balanço respeita a suprimentos concedidos pelos accionistas e encontram-se valorizados ao custo.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos registados no balanço respeitam a um descoberto bancário e a um empréstimo obtido e encontram-se valorizados ao custo.

Outras contas a pagar

As outras contas a pagar incluem, credores por acréscimos de rendimentos, fornecedores de investimento, dívidas ao pessoal e outros credores, e encontram-se valorizadas ao custo.

Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respectivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

3.8 RENDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos



possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos períodos pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

3.9. PROVISÕES, ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Sempre que a empresa reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão. Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa actual.

Na possibilidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantenha-se a possibilidade de afectar os períodos futuros, a empresa não reconhece um passivo contingente, mas promove a sua divulgação.

Quando se verificam activos contingentes resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados. À semelhança dos passivos, também os activos contingentes são divulgados.

p.32

3.10. ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos reversíveis da concessão.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento reversível definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão, e são registadas em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos reversíveis visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão, dos rendimentos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

1.11. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de período, são reflectidos nas demonstrações financeiras, enquanto os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.



3.12. GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afectar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que o principal cliente é uma entidade de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

3.13. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Os valores estimados referentes aos activos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis. As revisões das estimativas em períodos seguintes são reconhecidas em resultados e são objecto da divulgação adequada à sua materialidade.

Perante os erros materialmente relevantes, relativos a períodos anteriores, proceder-se-á à revisão da informação comparativa apresentada nas demonstrações.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão da empresa efectue julgamentos e estimativas que afectam os montantes de rendimentos, gastos, activos, passivos e divulgações à data do reporte da informação financeira.

p.33

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão da empresa, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas acções que a empresa considera poder vir a desenvolver no futuro.

Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes dos apresentados nestas estimativas.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2013, não ocorreram alterações significativas de estimativas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período findo em 31 de Dezembro de 2012.

6. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC - Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., através da participação de 100.00 % da empresa aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do respectivo grupo.

Relativamente às transacções entre partes relacionadas, a 31 de Dezembro de 2013, o detalhe dos saldos respectivos era o seguinte:

	Ano 2013	Ano 2012
Passivo		
Fornecedores C/C		
aqualia Gestion Integral del Agua, S.A. (Representação Permanente em Portugal)	0.00	13,284.00
<i>(Transacções relativas a Trabalhos Especializados. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
aqualia Gestion Integral del Agua, S.A. (Delegação de Badajoz)	27,861.25	27,702.00
<i>(Transacções relativas a Trabalhos Especializados. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
Accionistas/Sócios		
aqualia Gestion Integral del Agua, S.A. (Delegação de Madrid)	650,000.00	650,000.00
<i>(Transacções relativas a Empréstimos Concedidos pela casa-mãe. As condições de pagamentos são as especificadas no contrato de empréstimo assinado entre as partes)</i>		
Fornecedores de investimentos		
aqualia Gestion Integral del Agua, S.A. (Representação Permanente em Portugal)	138,247.23	207,754.80
<i>(Transacções relativas a aquisição de Imobilizado. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
Outros devedores e credores		
aqualia Gestion Integral del Agua, S.A. (Delegação de Madrid)	28,633.67	10,858.35
<i>(Transacções relativas a juros do empréstimo concedido pela casa-mãe. As condições de pagamentos são as especificadas no contrato de empréstimo assinado entre as partes)</i>		
Total	844,742.15	909,599.15

p.34

O detalhe das transacções entre as partes relacionadas no ano 2013, foi o seguinte:

	TRANSACÇÕES ANO 2013	TOTAL DÉBITO	TOTAL CRÉDITO
Passivo			
Fornecedores C/C			
aqualia Gestion Integral del Agua, S.A. (Representação Permanente em Portugal)	48,911.00	35,627.00	
<i>(Transacções relativas a Trabalhos Especializados. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>			
aqualia Gestion Integral del Agua, S.A. (Delegação de Badajoz)	419.25	578.50	
<i>(Transacções relativas a Trabalhos Especializados. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>			
Accionistas/Sócios			
aqualia Gestion Integral del Agua, S.A. (Delegação de Madrid)	0.00	0.00	
<i>(Transacções relativas a Empréstimos Concedidos pela casa-mãe. As condições de pagamentos são as especificadas no contrato de empréstimo assinado entre as partes)</i>			
Fornecedores de investimentos			
aqualia Gestion Integral del Agua, S.A. (Representação Permanente em Portugal)	275,587.04	206,079.47	
<i>(Transacções relativas a aquisição de Imobilizado. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>			
Outros devedores e credores			
aqualia Gestion Integral del Agua, S.A. (Delegação de Madrid)	0.00	17,775.32	
<i>(Transacções relativas a juros do empréstimo concedido pela casa-mãe. As condições de pagamentos são as especificadas no contrato de empréstimo assinado entre as partes)</i>			
Total	324,917.29	260,060.29	

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2013, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis e intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2013	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2012
Activos fixos tangíveis				
Equipamento básico	87,200.70	0.00	0.00	87,200.70
Equipamento de transporte	1,575.86	0.00	0.00	1,575.86
Equipamento administrativo	21,377.02	2,154.50	0.00	19,222.52
Total	110,153.58	2,154.50	0.00	107,999.00
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
Activos fixos tangíveis				
Equipamento básico	51,890.22	8,720.07	0.00	43,170.15
Equipamento de transporte	1,575.87	0.00	0.00	1,575.87
Equipamento administrativo	14,597.69	2,892.60	0.00	11,705.09
Total	68,063.78	11,612.67	0.00	56,451.11
Saldo líquido	42,089.80	(9,458.17)	0.00	51,547.97
ACTIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2013	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2012
Activos intangíveis				
em Fime	3,276,349.23	185,636.17	0.00	3,090,713.06
em Curso	65,471.27	(13,472.82)	0.00	98,944.09
Total	3,361,820.50	172,163.35	0.00	3,189,657.15
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
Activos intangíveis				
em Fime	637,067.89	139,119.68	0.00	497,948.21
Total	637,067.89	139,119.68	0.00	497,948.21
Saldo líquido	2,724,752.61	33,043.67	0.00	2,391,708.94

p.35

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Para cálculo dos impostos diferidos activos foi utilizada a taxa de imposto futura de 23% acrescida da derrama do Município de Campo Maior, 1.50%.

O detalhe da rubrica de impostos diferidos a 31 de Dezembro de 2013, e de acordo com as diferenças temporárias que lhe deram origem, era o seguinte:

	Ano 2013		Ano 2012	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo Inicial	73,906.49	0.00	154,034.18	0.00
Efeitos na demonstração de resultados				
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais	96,400.37	0.00	(80,127.69)	0.00
Total dos efeitos na demonstração de resultados	96,400.37	0.00	(80,127.69)	0.00
Saldo final	170,306.86	0.00	73,906.49	0.00

v p.
#

Este valor é calculado aplicando a taxa de imposto acima referida ao valor de 183.971.91 referente a prejuízos fiscais, acrescido de 522.421.71 que resulta da diferença entre o valor das amortizações aceites e as não aceites fiscalmente.

8 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de Dezembro de 2013 a conta de estado e outros entes públicos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2013	Ano 2012
Activo		
Imposto sobre o rendimento	14.761.94	10.864.50
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2.352.91	925.53
Total	17.114.85	11.790.03
	Ano 2013	Ano 2012
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	27.916.64	4.981.83
Retenção de impostos sobre o rendimento	749.92	408.40
Contribuições para a segurança social	2.744.32	2.908.42
Total	31.410.88	8.298.65

p.36

9 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

A rubrica Clientes C/C reflecte o valor em dívida dos consumidores finais a 31 de Dezembro de 2013.

	Ano 2013	Ano 2012
Clientes		
Clientes C/C	272.000.30	318.968.66
Perdas por Imparidade Acumuladas	(22.502.44)	(1.502.44)
Total	249.497.86	317.466.22

A 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de outras contas a receber apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2013	Ano 2012
Outras contas a receber		
Pessoal	1.113.72	0.00
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de facturação (1)	107.424.44	52.424.44
Devedores e credores diversos	1.370.00	1.250.00
Total	109.908.16	53.674.44

(1) O valor da rubrica devedores por acréscimos de rendimentos, acima mencionado, corresponde a especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfazimento temporal, entre a facturação e a contagem real do consumo efectuados

O aumento do valor da Estimativa de produção pendente de facturação, no valor de 55.000.00 euros, não tem a ver com os consumos previstos, mas sim com o valor da alteração de tarifário, aprovado pelo ERSAR e que o Município de Campo Maior se opôs a actualizar até à presente data, estando esta questão a ser resolvida pelos meios existentes para o efeito.

10 DIFERIMENTOS

A 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de diferimentos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2013	Ano 2012
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	4,664.59	1,278.93
Total	4,664.59	1,278.93

11 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2013 e a reconciliação entre esse valor e o montante de caixa e equivalentes de caixa constante da demonstração da posição financeira nessa data era:

	Ano 2013	Ano 2012
Caixa	2,500.00	5,468.38
Depósitos à ordem		
Banco Santander Totta	48,345.44	73,858.15
Caixa Geral de Depósitos	76,573.20	80,089.67
Total	127,418.64	159,416.20
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	127,418.64	159,416.20

p.37

12 FINANCIAMENTOS

A 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de financiamentos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2013	Ano 2012
Passivo corrente		
Dívidas a instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1,000,000.00	1,000,000.00
Descobertos bancários	972,703.10	878,205.77
Total	1,972,703.10	1,878,205.77

Nota: Os valores apresentados na rubrica denominada dívidas a instituições de crédito e sociedades financeiras dizem respeito a um empréstimo corrente e a uma linha de crédito, ambos no valor de 1 milhão de euros cada. À data de 31 de Dezembro de 2013, o financiamento bancário corrente encontrava-se utilizado na sua totalidade. Relativamente à linha de crédito, destinada ao reforço de tesouraria corrente, a mesma encontrava-se nessa data utilizada pelo valor de 972,703.10 euros. O financiamento bancário corrente para o qual se prevê um adiamento do contrato por 6 meses, vence-se a 5 de Abril de 2014, estando neste momento negociada à taxa de juro de 5.81% acrescida de Euribor a 3 meses. A linha de crédito, que também se prevê renovar, vence-se a 22 de Abril de 2014, estando neste momento negociada à taxa de juro de 5.81% acrescida de Euribor a 3 meses.

13 ACCIONISTAS/SÓCIOS

A 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de accionistas/sócios apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2013	Ano 2012
Accionistas/Sócios		
Empréstimos concedidos		
aqualia Gestion Integral del Agua, S.A.	650,000.00	650,000.00
Total	650,000.00	650,000.00

Nota: O valor apresentado na rubrica de accionistas/sócios diz respeito a um empréstimo corrente da casa-mãe, com vencimento anual a 31 de Dezembro de cada ano e renovações sucessivas. Este financiamento está neste momento negociado à taxa de juro de 3.00% acrescida de Euribor a 3 meses.

em l.
#

14. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

A rubrica de fornecedores de conta corrente reflecte as facturas em aberto, a pagar a fornecedores diversos, à data de 31 de Dezembro de 2013, sendo o seu detalhe o seguinte:

	Ano 2013	Ano 2012
Fornecedores		
Fornecedores C/C	154,737.33	152,896.60
Adiantamento a Fornecedores C/C	(399.02)	0.00
Total	154,338.31	152,896.60

A 31 de Dezembro de 2013, o detalhe da rubrica de outras contas a pagar (decomposto entre passivo não corrente e passivo corrente), era o seguinte:

	Ano 2013	Ano 2012
Passivo não corrente		
Outras contas a pagar		
Relativas a investimentos reversíveis - Acréscimo de gastos (nota 3.10)	146,853.47	151,579.03
Total	146,853.47	151,579.03

Nota: A variação da rubrica acima mencionada resulta integralmente do reconhecimento do acréscimo de amortização de investimentos reversíveis não aceites em períodos anteriores. Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas quando da concretização do investimento subjacente, o que aconteceu no exercício de 2013.

p.38

	Ano 2013	Ano 2012
Passivo corrente		
Outras contas a pagar		
Pessoal	0.00	5,207.01
Fornecedores de investimentos	138,247.23	207,754.80
Credores por acréscimos de gastos	224,973.46	94,782.39
Devedores e credores diversos	30,339.42	146,294.52
Total	393,560.11	454,038.72

15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de vendas e prestações de serviços apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2013	Ano 2012
Vendas	517,144.16	474,105.54
Serviços prestados	767,182.08	777,872.25
Subcontratos (2)	172,163.35	301,737.80
Total	1,456,489.59	1,553,715.59

(2) Corresponde à componente de rendimentos reconciliados na actividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas tal como referido nas notas 2 e 3.

16. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

A 31 de Dezembro de 2013 o detalhe da conta de Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas é o seguinte:

aquamaior

Handwritten signature/initials in blue ink.

	Ano 2013	Ano 2012
Matérias-primas		
Existências iniciais	27,753.99	29,793.34
Compras	400,023.58	369,369.04
Existências finais	28,368.83	27,753.99
Total	399,408.74	371,408.39

17 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2013	Ano 2012
Subcontratos (2)	172,163.35	303,237.80
Serviços especializados	394,403.97	404,581.44
Materiais	5,254.09	8,130.60
Energia e fluidos	23,194.61	26,651.06
Deslocações, estadas e transportes	6,593.68	7,728.05
Serviços diversos	58,416.09	59,011.48
Total	660,025.79	809,340.43

(2) Corresponde a componente de gastos reconhecidos na actividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas tal como referido nas notas 2 e 3

p.39

18 GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de gastos com o pessoal apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2013	Ano 2012
Remunerações	81,156.05	91,487.45
Encargos sociais	16,113.16	19,239.97
Seguros de acidentes de trabalho	1,393.35	1,877.43
Gastos de acção social (SHT)	4,630.96	5,587.90
Outros gastos com o pessoal	8,371.13	4,849.83
Total	111,664.65	123,042.58

Nota: O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi: no exercício findo em 2013 de 8 pessoas

19 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de Dezembro de 2013 o detalhe da rubrica de outros rendimentos e ganhos era como segue:

	Ano 2013	Ano 2012
Excesso da estimativa para impostos	0.00	294.82
Regularização de saldos	3,708.58	10,969.92
Juros de mora cobrados	1,470.47	1,387.57
Total	5,179.05	12,652.31

20 OUTROS GASTOS E PERDAS

No ano 2013 as perdas por imparidade de dívidas a receber totalizam os 22.502,44 euros (evidenciada na nota 9 do presente anexo). Não obstante, o impacto das dívidas incobráveis no resultado do exercício foi de 25.246,10 euros. No ano 2012 estes valores foram de 1.502,44 euros e 9.835,91, respectivamente.

O acréscimo do valor desta rubrica está relacionado com a falta de evidências sobre a possibilidade de recuperação da dívida com antiguidade superior a 1 ano do cliente Campomaioirens.

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de outros gastos e perdas apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2013	Ano 2012
Impostos e taxas	4.452.90	13.746.72
Dívidas incobráveis/Imparidade de dívidas a receber	25.246.10	9.835.91
Donativos	80.00	205.00
Multas e penalidades	0.00	1.311.82
Serviços bancários	4.162.04	6.499.23
Sinistros e franquias	0.00	1.000.00
Correcções relativas a períodos anteriores	289.43	4.610.84
Outros gastos e perdas	0.00	294.48
Total	34,230.47	37,504.00

p.40

21 GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2013, o detalhe da rubrica de gastos/reversões de depreciação e de amortização era o seguinte:

	Ano 2013	Ano 2012
Activos fixos tangíveis		
Equipamento básico	8,720.07	8,720.04
Equipamento de transporte	0.00	0.00
Equipamento administrativo	2,892.60	2,446.56
Activos intangíveis		
Outros activos intangíveis (Reversíveis)	134,394.12	134,394.12
Total	146,006.79	145,560.72

22 RESULTADOS FINANCEIROS

A rubrica de resultados financeiros apresentava no período findo em 31 de Dezembro de 2013 a seguinte composição:

	Ano 2013	Ano 2012
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	147,074.04	83,142.87
Total	147,074.04	83,142.87
Resultados financeiros	(147,074.04)	(83,142.87)

2.3 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A empresa encontra-se sujeita à tributação em sede de Imposto Sobre Rendimentos de Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 25% sobre a matéria colectável.

Ao valor da colecta de IRC acresce Derrama, a qual incide sobre o lucro tributável, que variará consoante o Município em questão. No caso do Município de Campo Maior a Derrama é de 1.5%.

Nos termos do Código do Imposto Sobre Rendimentos de Pessoas Colectivas (CIRC), a empresa encontra-se também sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas e condições nele previstas.

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração de resultados, no período findo em 31 de Dezembro de 2013, apresenta o seguinte detalhe:

	Ano 2013	Ano 2012
Resultado líquido do período (expurgado do impacto do imposto diferido)	(64,658.48)	(8,612.92)
Amortização de investimentos reversíveis não aceites	195,623.21	134,394.12
Donativos	80.00	205.00
IRC e outros impostos incidentes sobre lucros	27,916.64	4,981.83
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infracções	0.00	1,311.82
Correcções relativas a períodos anteriores	289.43	4,610.84
Outros gastos a crescer	0.00	294.48
Amortização de investimentos reversíveis aceites	175,219.47	(436,762.76)
Excesso da estimativa para impostos	0.00	(294.82)
Lucro tributável	334,470.27	(289,872.41)
Prejuízos reportados de anos anteriores 2009	0.00	0.00
Prejuízos reportados de anos anteriores 2010	(134,952.20)	0.00
Prejuízos reportados de anos anteriores 2011	0.00	0.00
Prejuízos reportados de anos anteriores 2012	(115,900.50)	0.00
Materia colectável	83,617.57	(289,872.41)
Imposto à taxa de 25.00%	20,904.39	0.00
Pagamento especial por conta	3,907.44	5,123.02
Retenções na fonte	0.00	0.00
Pagamento por conta	0.00	0.00
IRC a pagar	16,996.95	(5,123.02)
Derrama	5,017.05	0.00
Tributações autónomas	1,995.20	4,981.83
Total a pagar	24,009.20	(141.19)
Imposto do período	27,916.64	4,981.83

Analisando o impacto do imposto diferido, temos:

Resultado antes do impacto do imposto diferido activo	(36,741.84)	(3,631.09)
Imposto diferido activo (2741 / 8122)	96,400.37	(80,127.69)
Imposto do período com impacto do imposto diferido activo no resultado	68,483.73	(85,108.52)
Resultado após impacto do imposto diferido activo	31,741.89	(33,740.61)

24 ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

24.1 ACTIVOS CONTINGENTES

À data de 31 de Dezembro de 2013, não existiam na Aquamaior activos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.

24.2 PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Foram prestadas pelas seguintes entidades, garantias bancárias à Câmara Municipal de Campo Maior, para garantia do cumprimento das obrigações assumidas no contrato celebrado com aquela entidade.

	Ano 2013	Ano 2012
aqualia Gestion Integral del Agua, S.A.	900,000.00	900,000.00
Total	900,000.00	900,000.00

25 LOCAÇÕES

25.1 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Foi celebrado contrato de *renting* com a empresa Rentlei no ano 2011, pelo período de 36 meses. Durante os 29 meses em que vigora o contrato pagaram-se as quantias que a seguir se indicam, prevendo-se que até final do mesmo venham a ser pagos mais 8,285.71 euros.

p.42

	Ano 2013	Ano 2012
Rentlei	14,820.60	14,820.60
Total	14,820.60	14,820.60

26 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

26.1 DIVULGAÇÃO EXIGIDA PELO N.º 1 DO ART.º 66 – A DO CSC

Natureza e objectivo comercial das operações não incluídas no balanço e o respectivo impacto financeiro, quando os riscos ou os benefícios resultantes de tais operações sejam relevantes e na medida em que a divulgação de tais riscos ou benefícios seja necessária para os efeitos de avaliação da situação financeira da sociedade;

Não existem operações não incluídas no Balanço pelo que não há lugar à divulgação da respectiva natureza, objectivo comercial, impacto financeiro ou riscos e benefícios.

26.2 DIVULGAÇÃO EXIGIDA PELO N.º 2 DO ART.º 66 – A DO CSC

Honorários totais facturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas anuais, e os honorários totais facturados relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, os honorários totais facturados a título de consultoria fiscal e os honorários totais facturados a título de outros serviços que não sejam de revisão e auditoria.

A decomposição dos honorários facturados durante o exercício pela Sociedade de Revisores Oficiais de contas é a indicada no quadro seguinte:

	Ano 2013	Ano 2012
Honorários pela Revisão Legal de Contas	2,356.00	2,310.00
Total	2,356.00	2,310.00

ml.
#



04. | CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 3.474.521,22 Euros e um total de capital próprio de 125.256,33 Euros, incluindo um resultado líquido de 31.741,89 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

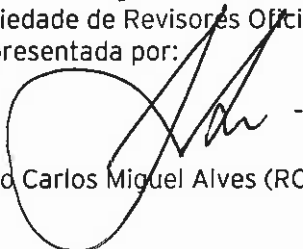
7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 23 de Junho de 2014

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de gestão, as Demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequação dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção de fiscalização da Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2013 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos accionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2013 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2013, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 23 de Junho de 2014

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

11/1/11